

**COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO TERRITÓRIO DA BAÍA DA ILHA GRANDE/RJ, BRASIL****COOPERATION AND SOLIDARITY FOR SUSTAINABLE TERRITORIAL
DEVELOPMENT IN THE ILHA GRANDE BAY/RJ, BRAZIL****COOPERACIÓN Y SOLIDARIDAD PARA EL DESARROLLO TERRITORIAL
SOSTENIBLE EN LA BAHÍA DE ILHA GRANDE/RJ, BRASIL****Diná Andrade Lima Ramos¹***dinalr@ufrrj.br***Carlos Alberto Sarmento do Nascimento²***casn.sarmento@gmail.com***Lamounier Erthal Villela³***lamounier.ertal@gmail.com***RESUMO**

O artigo analisou iniciativas das comunidades rurais e pesqueiras no Território Rural da Baía da Ilha Grande-RJ, estruturadas em ações cooperadas e solidárias, objetivando a inclusão socioprodutiva. A metodologia agregou pesquisas oriundas de múltiplas atividades de um programa de extensão universitário. Assim sendo, as informações foram coletadas por intermédio de observação participante, reuniões do colegiado BIG, diários de pesquisa, entrevistas semiestruturadas, oficinas remotas e debates em *lives*. A pesquisa revelou que as articulações das referidas comunidades quando elaboradas dialogicamente com as redes entre instituições de ensino, pesquisa, extensão, assistência técnica, representações do poder público e mercado, podem ser promissoras nas ações pluriativas de inclusão socioprodutiva, proporcionando resultados inovadores, emancipatórios e territorialmente sustentáveis, como é o caso do mercado popular, feiras, associações, cooperativas e consórcios.

Palavras-chave: inclusão socioprodutiva; rede; desenvolvimento territorial.

ABSTRACT

It was analyzed here the initiatives of rural and fishing communities, in the Rural Territory of Ilha Grande Bay-RJ, structured in cooperated and solidary actions, aiming socio-productive inclusion. The methodology assembled researches from multiple activities of an outreach university program. Therefore, the data, were collected from: participant observation, research record diaries, semi-structured interviews, remote workshops, and debates in “lives”. The research revealed that the articulations of the referred communities, when elaborated dialogically with the networks between educational, research and technical assistance institutions, public power, and the market representations, can be promising in pluriactive actions of socio-productive inclusion, providing

¹ Economista, Professora permanente do DCEEx/ITR e PPGDT/ICSA/UFRRJ, Doutora em Políticas Públicas para o meio rural (PPGCTIA). Demógrafa. Pesquisadora do PEPEDT e LCIDS//UFRRJ.

² Sociólogo, Doutor pelo PPGCTIA/UFRRJ, Mestre em Desenvolvimento territorial e políticas públicas (PPGDT)/UFRRJ, Pesquisador e extensionista do PEPEDT/UFRRJ.

³ Economista, Professor permanente do DCE/ICSA/UFRRJ e do PPGTIA/PPGDT/UFRRJ. Doutor em Economia Aplicada. Coordenador do PEPEDT/LPDT//UFRRJ.

innovative, emancipatory, and territorially sustainable results as is the case of the popular market, fairs, associations, cooperatives, and consortia.

Keywords: socio-productive inclusion, network, territorial development.

RESUMEN

Se analizaron las iniciativas de las comunidades rurales y pesqueras, en el Territorio Rural de la Bahía de Ilha Grande-RJ, estructuradas en acciones cooperativas y solidarias, con miras a la inclusión socio productiva. La metodología reunió investigaciones de múltiples actividades de un programa universitario de extensión. Se recopilaron datos de la encuesta de: observación participante, diarios de registros de investigación, entrevistas semiestructuradas, talleres remotos y debates en *lives*. La investigación reveló que las articulaciones de las referidas comunidades, al ser elaboradas en diálogo con las redes entre las instituciones educativas, de investigación y asistencia técnica; y las representaciones del poder público y del mercado, pueden ser promisorias en acciones pluriactivas de inclusión socio productiva, aportando innovaciones, emancipación y resultados territorialmente sostenibles como es el caso del mercado popular, ferias, asociaciones, cooperativas y consorcios.

Palabras clave: inclusión socio productiva, rede, desarrollo territorial.

INTRODUÇÃO

Este artigo entende o conceito de cooperação, como um conjunto de “postulados morais derivados das regras fixadas pelo costume cooperativo” (PEREIRA; CANÇADO, 2018, p. 66). Tais regras, em si, já representam um rompimento com o sistema capitalista, pois compreende a pessoa e não o capital como o elemento mais importante da equação produtiva.

O termo cooperação dialoga com outros pilares conceituais, como: resistência, solidariedade e bem comum, tendo em vista que se complementam, à medida que se busca propor caminhos que levem a redução das múltiplas formas de pobreza existentes (SEN, 2000).

A resistência se apresenta enquanto formas de luta frente às propostas hegemônicas capitalistas (PELLEGRINI; CALDAS, 2009). Estas propostas detêm e usam de seu poder para concentrar riqueza e se manter nele. Nesse artigo, a resistência das comunidades se verifica na autovalorização identitária, com base em suas tradicionalidades condicionadas à permanência no local. Enquanto a solidariedade se coloca como um modo de interação humana, cuja sociabilidade deve ser pautada na igualdade entre os que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar (SINGER, 2002, p. 9), pois a economia deve ser subjugada às relações sociais e à vida. Ser solidário prescinde, então, da existência de um ideal compartilhado, uma convicção. Essa é uma condição para a proposta do bem comum. Compartilhar um ideal inspira o respeito às decisões coletivas “ainda que sejam muito

controversas – mas não a ponto de romper o ponto mais amplo do consenso” (ARAÚJO, 2004, p.163).

A parceria das comunidades investigadas com o Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial (PEPEDT), registrado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), eleva sua capacidade de ação num campo de forças, transformadas em ações de resistência local frente às práticas mercantis capitalistas (BRANDÃO, 2012). Observa-se, assim, uma conjunção, a partir da práxis e da dialogicidade coletiva, contrabalançando o campo de poder pelo direito ao território. Compõem uma “rede produtiva que atravessa todo o corpo social que como uma instância”, promove particularidades ao espaço, doravante o somatório de forças locais (FOUCAULT, 1971, p.48),

As dimensões que norteiam o universo do cooperativismo se alinham, ao nosso entender, sob alguns aspectos, com dois outros conceitos que vêm sendo adotados, desde 2015, pelo PEPEDT. São eles: i) gestão social, cujo processo decisório deve ser participativo e dialógico e plural, ou seja, por meio de diferentes sujeitos sociais (TENÓRIO, 1998); e ii) desenvolvimento sustentável (SACHS, 1993).

A partir do acompanhamento das conquistas da rede formada pelos atores no Território Rural da Baía da Ilha Grande (BIG) (RAMOS, 2019), pressupõe-se como promissor, do ponto de vista socioeconômico, os diferentes tipos de iniciativas cooperativadas e solidárias, que vêm se definindo no Território, composto atualmente pelos municípios fluminenses de Paraty, Angra dos Reis, Mangaratiba, Itaguaí e Seropédica. Suas negociações são pactuadas no Conselho Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (Codeter) desse Território, o Colegiado BIG.

O Território BIG tem passado por um processo conflitivo de reocupação, novos usos e degradação, tanto do espaço já ocupado, como do preservado, por conta da expansão das atividades portuárias ligadas ao extrativismo mineral, acompanhada dos megaempreendimentos (VILLELA et al., 2012). Tem havido também o crescimento do comércio e atividades do turismo insustentável, da especulação imobiliária, estimulada pela elevada demanda por condomínios de alto padrão, e, pela ampliação da rede hoteleira. Agrava a situação a construção desordenada, diante do contínuo processo de urbanização concomitante os empecilhos criados por órgãos ambientais, governamentais ou não, impostos às comunidades que exerciam prévia e mansa ocupação, e exploração sustentável

dos bens comuns do território. Além dos riscos pelas instalações de energia nuclear em Angra dos Reis.

Neste contexto, este artigo tem por objetivo analisar o potencial das ações cooperadas e solidárias para a inclusão socioprodutiva, no Território Rural da BIG, como uma forma de resistência ancorada na identidade e na tradicionalidade, considerando as ameaças e pressões que a população do Território vem sofrendo, e, para ocupar a fragilidade das políticas públicas voltadas para as comunidades rurais e pesqueiras, e, em muito dos casos, a ausência do Estado. Tal ausência vem sendo cada vez mais sentida a partir do afastamento e posterior *impeachment* da então presidenta brasileira, Dilma Rousseff, em maio de 2016, em especial pela agricultura familiar e pesqueira. Um dos primeiros atos do vice-presidente empossado foi desfazer o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e diluir toda a máquina administrativa que o apoiava. O governo posterior não sinalizou em direção diferente. Ao contrário, aprofundou ainda mais o descaso com a agricultura familiar, desmobilizando as estruturas dos conselhos, dentre os quais o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), que, embora não tenha sido extinto formalmente, foi afastado do centro das decisões políticas.

A pouca capacidade de ação ou interesse em atender, de forma emergencial, as comunidades rurais, ficou clara diante da pandemia da Covid 19, que começou a avançar no Brasil no início de 2020. Neste cenário, faz-se necessário o maior protagonismo das organizações cooperadas, que têm se mostrado atuantes e se aproximam cada vez mais dos princípios de solidariedade.

Os dados foram coletados durante o processo de observação participante dos autores, realizada durante as atividades de ensino, pesquisa e extensão do já citado PEPEDT, no Território do Colegiado BIG, onde foram identificados os fatos sociais, investigados e analisados sob o método indutivo. Os atores envolvidos na pesquisa participam, ou participaram da rede do Colegiado BIG, definida como o conjunto de atores que interagem nela ou por meio dela, ou seja, membros do plenário e não membros que tenham vínculos com esse conselho (RAMOS, 2019). Ela é composta por representantes de associações e sindicatos rurais, cooperativas⁴, representações do poder público e instituições de ensino, apoio à extensão e assistência técnica. O Quadro 1 apresenta uma lista desses atores.

⁴ A Rede conta com a representação de duas cooperativas já consolidadas, contudo não se conseguiu contato para investigar suas ações atuais.

A descrição dos fatos e a sua análise tem seus fundamentos em pesquisa bibliográfica e documental. Além da observação participante (GASKELL, 2002), foram feitas entrevistas semiestruturadas entre 2015 e 2020, oficinas, coleta de depoimentos virtuais na estrutura de bate-papos e reuniões de conselho. Para essa investigação, se utilizou também de um estudo de caso (YIN, 2001), específico para o Território Identitário de Itaguaí (TIdI)⁵.

Este estudo de caso contribui para a compreensão dos fenômenos organizacionais, sociais e políticos contemporâneos do entorno do município de Itaguaí/RJ, que hoje concentra um parque de megaempreendimentos (IKEDA JR, 2017), um PIB elevado, acompanhado de desigualdade social, grande passivo ambiental e desterritorialização das comunidades rurais e pesqueiras (NASCIMENTO et al., 2020), destacando-o, de forma emblemática como um território afetado, de forma acelerada, pelo crescimento econômico não sustentável.

Observa-se a possibilidade de i) estimular núcleos de outros territórios a fortalecer suas redes de ensino, pesquisa e extensão, pois suas articulações são favoráveis às ações de inclusão produtiva em comunidades tradicionais estabelecida na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPTC) e tipificada no decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007 e ii) desenvolver de novas estruturas cooperadas e solidárias.

Além dessa introdução, o artigo conta com mais seis seções. Na segunda seção faz-se uma brevíssima discussão teórica que relaciona cooperativismo, gestão social e desenvolvimento territorial sustentável. A terceira seção foi dedicada a mostrar a conformação de uma rede, que se tornou uma instância política e de articulação para ações de inclusão produtiva. Na quarta seção são reunidos alguns exemplos de ações solidárias e de inclusão produtiva no Território BIG. Nestas duas últimas seções, busca-se mostrar que, a sociedade, quando percebe a importância de uma ação, seja enquanto membros do Colegiado BIG, seja enquanto equipe da extensão universitária, seja enquanto instituição ou pessoa simpatizante, é capaz de exercer atividades de forma cooperada pelo bem comum. Na quinta seção se apresenta uma proposta de modelo de um mercado popular rural,

⁵ O Território Identitário de Itaguaí – TIdI, tem como delimitação espacial os limites geográficos do município de Itaguaí-RJ, bem como uma breve extensão ao sudoeste-sul, do município de Seropédica, uma mínima faixa a noroeste no município de Piraí, e um restrito trecho a leste do município de Mangaratiba. Municípios, que mesmo dependentes administrativamente, apresentam interdependências entre si. O território está localizado geograficamente no Território da Baía da Ilha Grande (BIG), região da Costa Verde, RJ.

pensado para o Território Identitário de Itaguaí, integrando princípios do cooperativismo, do desenvolvimento sustentável e da gestão social. Trata-se de uma proposta que, se apropriada pela dimensão política, seria capaz de afetar, positivamente, as dimensões: social, econômica, cultural e ambiental. Na sequência são apresentadas as considerações finais e as referências bibliográficas.

Quadro 1 – Composição Original do Colegiado Territorial Rural da Baía da Ilha Grande, RJ

SOCIEDADE CIVIL
Associação de Prod. Rurais Unidos de Assentados da Fazenda
Associação de Pescadores e Maricultores da Ilha da Marambaia
Associação da Comunidade dos Ramanescentes de Quilombos da Ilha da Marambaia
Associação dos Agricultores Familiares das Glebas Coletivo e Santa Alice
Associação dos Agricultores da Agroindústria de Doces de Mangaratiba
Associação de Moradores e Amigos de São João Marcos - Serra do Piloto
Associação de Pequenos Produtores Orgânicos de Seropédica
Associação de Maricultores de Paraty
Associação de Produtores Rurais do Vale Mambucaba - Angra dos Reis
Associação Rural Agrícola Pecuária - Assentamento União, Terra e Trabalho
Associação de Pequenos Agricultores do Vale do Rio Sahy
Cooperativa de Trabalho, Consultoria, Projetos e Serviços em Sustentabilidade
Associação Comunitária Indígena Guarani
Associação Comunitária Indígena do Bracuí
Associação dos Trabalhadores Rurais da Serra do Piloto
Cooperativa dos Produtores Rurais de Paraty (PACOVA)
Colônia de Pescadores Z18 - Paraty
Conselho Comunitário de Mazombinha e Rio Preto
Conselho das Associações da População e Povos Tradicionais - Paraty
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Angra dos Reis
Sindicato Rural de Itaguaí
Síndico dos Trabalhadores Rurais de Paraty
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mangaratiba
União das Associações e Cooperativas de Pequenos Produtores Rurais do Estado do RJ (UNACOOOP)
PODER PÚBLICO
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro (EMATER-Rio)
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) - Agrobiologia
Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO)
Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ)
Fundação Nacional do Índio (FUNAI)
Fundação Oswaldo Cruz - Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (Fio-Cruz)
Parque Estadual Cunhambebe (PEC)/INEA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio) - Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB)
Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ)
Programa Luz para Todos/RJ (PLT)
Secretaria de Agricultura, Aquicultura e Pesca de Angra dos Reis (SAAP)
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura - Itaguaí (SEMAAP)
Secretaria Municipal de Meio Ambiente Agricultura e Pesca de Mangaratiba (SEMAP)
Secretaria de Pesca e Agricultura de Paraty (SEPA)
Secretaria de Ambiente e Agronegócios de Seropédica (SEMAMA)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Fonte: Ramos (2019).

COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

O MDA (2016) ofereceu uma metodologia analítica, estabelecida no Guia para a construção do Plano territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS), que envolve diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável sistematizadas na Figura 01 e discutidas em seguida. Sua cuja inspiração está nos estudos de Sachs (1993). O posicionamento da sustentabilidade ao centro ressalta que nenhum desenvolvimento sustentável é possível sem o espaço e a biodiversidade preservados. Todas as demais dimensões devem tê-la como eixo das ações, para pensar formas de geração de renda e de desenvolvimento com sustentabilidade, possibilitando a vida humana como a conhecemos.

Pereira e Cançado (2018) observaram a influência da organização coletiva sobre os indivíduos, tendo a educação como meio. Os aspectos relacionados à dimensão sociocultural e educacional são compreendidos como o conjunto de ações promotoras da valorização e resgate sócio-histórico, étnico-culturais e sociodemográficos do território, utilizando dos aspectos educacionais para a transmissão de simbolismos histórico-culturais, ações de pertencimento e preservação de patrimônios históricos, para a continuidade para as próximas gerações.

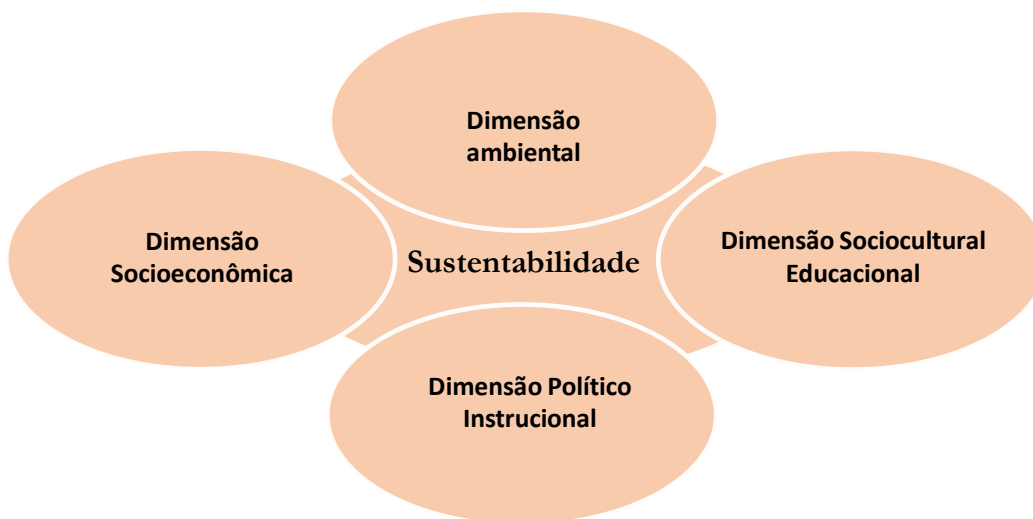
Na dimensão ambiental se pensa o desenvolvimento a partir de práticas que tenham como perspectiva a valorização do bioma local, com um viés de conservação e preservação. Esta dimensão também sugere que se faça uma avaliação e levantamento dos passivos ambientais e eminentes pontos críticos neste quesito.

A dimensão político instrucional envolve o levantamento das principais estruturas de poder, proveniente das diversas representatividades existentes no território, sejam elas oriundas do Estado, do mercado ou da sociedade civil, com a perspectiva da criação de instâncias de gestão e controle social. Sua finalidade é estabelecer ações, que tenham nas práticas dialógicas e coletivas, as principais técnicas democráticas, com ampla participação popular.

A Dimensão Socioeconômica envolve as propostas de atividades que convergem, direta ou indiretamente, para o desenvolvimento socioeconômico do território rural, a partir: do saber fazer local e da valorização das práticas econômicas originárias. O fato de não ter perdido sua identidade, agrega ao saber ancorado no território das comunidades tradicionais locais, um valor que passa a ser entendido como um bem imaterial (RAFFESTIN, 1993).

Esperam-se ações que possam criar sinergias para a diminuição coletiva dos custos, ou promovam uma autonomia econômica das comunidades tradicionais locais, estimuladas por meio de políticas públicas e sociais e/ou iniciativas particulares estimuladoras da inovação, podendo resultar em equipamentos públicos, bens duráveis ou não duráveis, assistências técnicas, programas geradores de renda, potencialidades tecnológicas natas ou a valorização de atividades socioprodutivas do território.

Figura 1 – Ciclos das dimensões de sustentabilidade e desenvolvimento territorial



Fonte: MDA - Adaptado pelos autores (2016).

Os ciclos das dimensões de sustentabilidade têm no Estado o agente estimulador do desenvolvimento a partir de diferentes aparelhos públicos, que atuem nos setores técnicos, de pesquisa, extensão rural e universitária, e de fomento para o mundo rural, que valorize práticas e processos endógenos locais, sejam eles produtos ou técnicas (GROSSMAN; HELPMAN, 1991).

O que se propõe é pensar, de forma cidadã, em oportunidades socioeconômicas produtivas locais, com preservação não só dos biomas, mas da historicidade da região, tendo nas comunidades rurais e pesqueiras o centro do processo. O lugar de observação é o das comunidades rurais e pesqueiras, pois têm papel fundamental na dinâmica de domínio de seus espaços, com base em suas práticas cotidianas acumuladas ao longo do tempo, conhecedoras das suas principais demandas e formas resolutivas (FREIRE, 1987).

Assim, as técnicas científicas das universidades, núcleos e centros de pesquisa etc. se somam às técnicas empíricas (práticas construídas a partir da ancestralidade), de maneira a construir o desenvolvimento científico e tecnológico próprio e único daquele território (BREWER, 2008). Desta maneira, a intervenção do Estado se limitaria a ser o meio para o alcance do desenvolvimento socioeconômico fundamentado em ações produtivas originárias nas comunidades rurais e pesqueiras. Para funcionar, múltiplos setores, instituições e escalas espaciais (BRANDÃO, 2012); precisariam estar envolvidos num projeto de desenvolvimento do rural, na perspectiva das múltiplas dimensões do desenvolvimento, gerando um ciclo virtuoso e sistêmico.

As já citadas ameaças e a pressão exercida sobre aqueles que vivem em pequenas propriedades rurais ou comunidades pesqueiras no território BIG (NASCIMENTO, et al., 2020), associados à degradação ambiental, impedem ou criam dificuldades para que a população rural e costeira exerça sua atividade produtiva, e modo de vida em seu espaço de referência, onde suas identidades são construídas (HAESBAERT, 2004).

Grandes empresas privadas locais têm mostrado interesse em trabalhar, pelo menos em tese, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, a título, por exemplo, de compensação ambiental. Como constante no documento “Proposta de Governança” do autodenominado Polo Tecnológico do Mar da Baía de Sepetiba, este “objetiva ser um motor para a promoção do desenvolvimento sustentável da Região do entorno da Baía de Sepetiba” (POLO TECNOLÓGICO DO MAR, 2020). A execução, de fato, sustentável dessa proposta, nos moldes da metodologia do MDA, implicaria participação cidadã para acompanhamento e controle social das ações inclusive nas decisões produtivas.

Neste contexto, se insere a gestão social, que prevê gestão democrática, como no cooperativismo, sob os princípios da inclusão, pluralismo, igualdade participativa, autonomia e bem comum (TENÓRIO, 1998). Conjectura similar a Pereira e Cançado (2018), que demonstram o alinhamento da gestão social com os princípios do cooperativismo.

De acordo com a última revisão da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) de 1995, tais princípios são: adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica dos sócios; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e a preocupação com a comunidade (PEREIRA; CANÇADO, 2018). Assim, os princípios do cooperativismo se apoiam ainda hoje, além da dimensão econômica, também na dimensão política (organização coletiva) e social (educação e cultura). De acordo com Cançado et al.

(2012, p. 397-398), o cooperativismo é uma “associação autônoma de pessoas que se unem de forma voluntária para satisfazer as necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais em comum, mediante uma empresa de propriedade conjunta e de gestão democrática”. Numa sociedade mais justa, a economia deveria ser solidária e não competitiva, em que as relações de trabalho seriam resultado de associações e não contratos (SINGER, 2002). Seus princípios básicos.

São a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda (SINGER, 2002, p. 10-11).

A preocupação com a comunidade é um princípio que sobressalta como os interesses coletivos podem estar associados ao bem comum.

A ATUAÇÃO DO COLEGIADO BIG NO TERRITÓRIO RURAL DA BAÍA DA ILHA GRANDE

O Colegiado BIG foi criado no âmbito do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR)/MDA. O conselho deveria fortalecer a participação da sociedade civil sob as bases da gestão social. Os Codeter eram o eixo central da implementação do PDSTR. Nesse espaço, os atores locais exerceriam controle social no território; negociariam e definiriam as ações locais para o desenvolvimento territorial sustentável. Dessa forma, as ações governamentais deveriam ser legitimadas por meio de acordos firmados após deliberação nesses espaços participativos (ECHEVERRI, 2010).

A partir de maio de 2016, os conselhos deixaram de fazer parte de um desenho político do PDSTR. Em específico, o Colegiado BIG alcançou autonomia, contando com o apoio do PEPEDT/UFRRJ. A participação voluntária dos membros do Colegiado BIG, bem como sua autogestão no pós-2016, fundada na gestão social e resistindo ao desmonte das políticas para o meio rural e de segurança alimentar, tornou esse espaço numa instância política autônoma, e, numa rede propícia às ações solidárias e cooperativadas (RAMOS, 2019).

Ramos e Villela (2019a) mostraram o processo pelo qual o Colegiado BIG se transformou num local de negociação e articulação da esfera pública, para pensar em

estratégias de inclusão produtiva, considerando o desenvolvimento sustentável no Território rural do BIG, como forma de resistência, não só pelo direito de permanecer como também exercer seu modo de vida. A Figura 2 revela a densidade da rede ao final de 2018. Habermas (1995) apontou o potencial da solidariedade como uma fonte de interação social, para além da máquina administrativa do Estado. Se orientada para o bem comum pelos cidadãos, para a formação horizontal da vontade política, a prática da solidariedade, protege “a comunicação política da absorção pelo aparato estatal ou da assimilação à estrutura de mercado” (HABERMAS, 1995, p.40); engendrado no jogo político e financeiro denunciado por Weber (2004).

Ramos (2019) mostrou que a participação da sociedade civil foi instável e com participação limitada a 60% nas reuniões ordinárias do Colegiado BIG, entre 2015 e 2018. Além disso, nas últimas reuniões de 2018, observou-se uma redução da frequência das representações coletivas da sociedade civil organizadas politicamente. Também se verificou o crescente desinteresse do poder público em participar.

Esse cenário está ligado à perda dos incentivos do Governo, traduzidas em financiamento de projetos e equipamentos; e, também ao não reconhecimento dos ganhos intangíveis em se manter a sociedade civil politicamente organizada. Cogitou-se que essas ausências podem estar reproduzindo a lógica clientelista, que, traz aos atores a expectativa de receber benefícios, em troca de seu apoio político. Ignora-se assim, que os ganhos em estar presente num espaço público politicamente organizado mantém os grupos mobilizados, para que continuem tendo voz, ao expressar sua opinião na esfera pública, além da possibilidade de manter-se organizado, em rede, com atores no território, com potencial de alavancar propostas de inclusão produtiva.

Na Figura 2 se observa, ainda, a presença dos municípios, enquanto núcleos da rede. Ao centro, se encontra o Colegiado BIG, em articulação com o PEPEDT, institucionalizado e apoiado pela UFRRJ⁶. Após o trabalho, conjunto e solidário, os municípios, que antes não dialogavam, passaram a negociar, ainda que sutilmente, pelo bem comum. Reforça isso, o engajamento dos secretários de agricultura, referente à proposta de criação do Consórcio Territorial Rural da BIG, embora não tenha sido concretizado; bem como maior atenção dada à valorização das feiras locais.

⁶ Para entender a transformação da Rede, antes de depois do descolamento do Colegiado BIG do programa PDSTR, e posterior institucionalização na UFRRJ, ver Ramos (2019).

A União das Associações e Cooperativas Usuárias do Pavilhão 30 (UNACOOOP), foi articuladora e assessora do Colegiado BIG entre 2008 e 2010, exercendo, neste período um papel posteriormente assumido pelo PEPEDT. Esta Cooperativa atualmente auxilia na distribuição da produção e na inserção dos produtores nas compras institucionais. Inicialmente era bem atuante junto ao Colegiado BIG, porém, tem se afastado do conselho, em especial quando cessaram os recursos para apoiar a participação da sociedade civil nas atividades do Colegiado. Além disso, acredita-se que o estímulo do PEPEDT para a comercialização dos produtos do meio rural diretamente ao consumidor, pode ter significado um conflito com os interesses dessa Cooperativa (RAMOS, 2019).

A articulação entre instituições pelo PEPEDT atraiu novas parcerias, também demonstrado na Figura 2, comparando-a com o Quadro 1. Ramos (2019), Ramos e Villela (2019a), Ramos e Villela (2019b), mostraram que a forma de envolvimento da equipe do PEPEDT, dos colaboradores e dos conselheiros do Colegiado BIG demonstrava e demonstra empatia e solidariedade para com os problemas enfrentados pelas comunidades rurais e pesqueiras, possibilitando a construção ou renovando os laços institucionais (GRANOVETTER, 2000), e trazendo as comunidades e suas representações para dentro da Universidade.

Foram registrados casos em que colaboradores palestraram ou trouxeram informações importantes, sem nenhuma perspectiva de remuneração ou de apoio financeiro. Ao exemplo de uma equipe de Duque de Caxias/RJ, que se deslocou até Mangaratiba/RJ para trocar seu conhecimento com as secretarias de agricultura e pesca do território, para a criação do consórcio territorial rural da BIG. Outro caso é dos pesquisadores colaboradores da equipe universitária, que continuou assessorando o Colegiado BIG, ainda que o apoio financeiro tenha cessado no início de 2017.

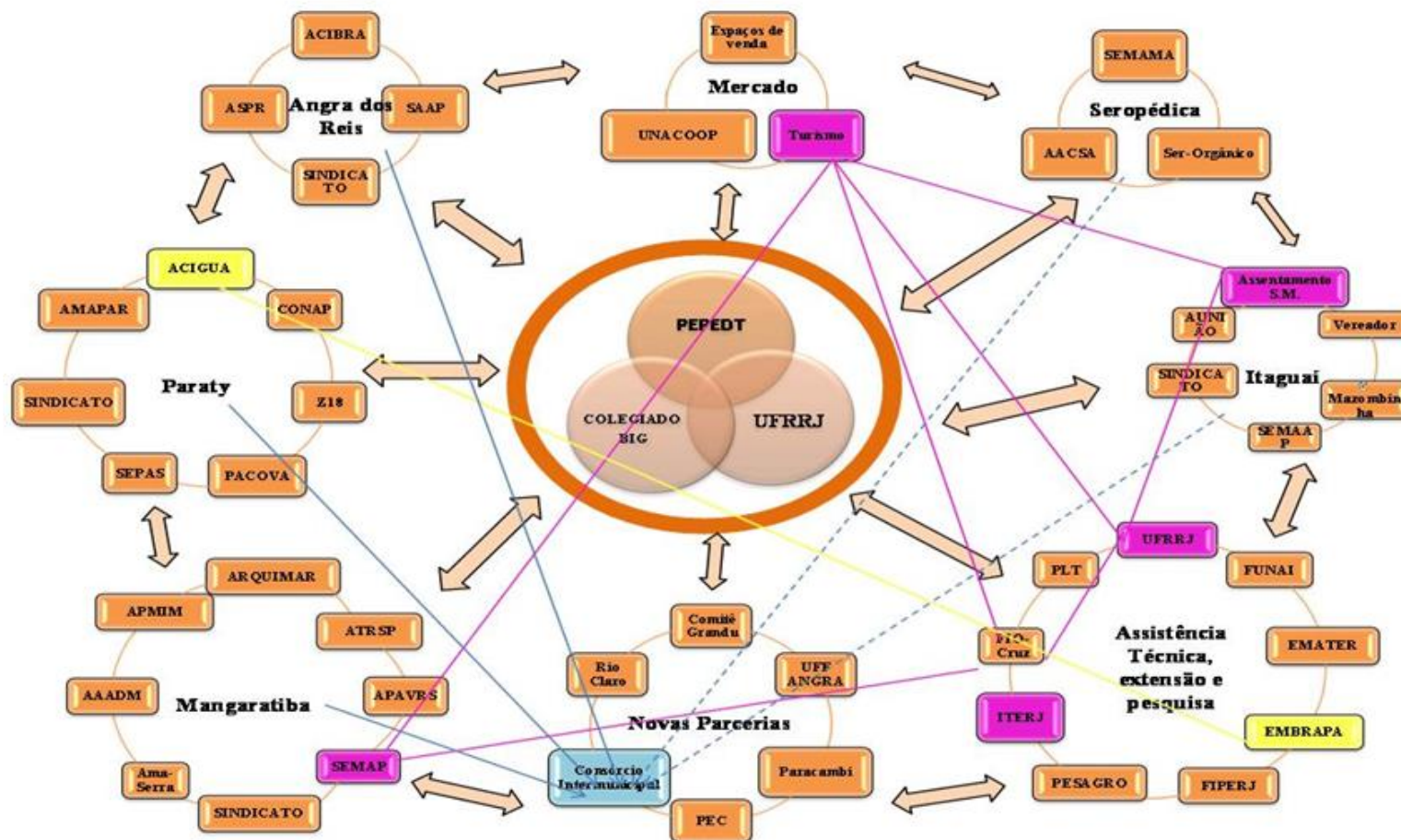
O PEPEDT vem assessorando desde 2015 ao Colegiado BIG. Esse Programa de extensão, legitimado pelos conselheiros para dar continuidade às ações, que vinham sendo feitas junto ao PDSTR, e abrigado pela UFRRJ em 2016, já não conta com recursos financeiros desde meados de 2017, e ainda assim, ações pensadas no desenho do programa têm tido continuidade, enquanto outras vêm sendo implementadas, com a recente criação do Observatório do Território BIG, cuja metodologia inclui oficinas de capacitação e troca de informações com os observadores e conselheiros.

AÇÕES SOLIDÁRIAS E DE INCLUSÃO PRODUTIVA NO TERRITÓRIO RURAL BIG

As pautas propositivas do Colegiado BIG têm buscado manter em discussão o estímulo às atividades nas comunidades rurais e pesqueiras, que possam se transformar em atividades sustentáveis, cooperadas, geradoras de renda, ancoradas à identidade no território, considerando a multifuncionalidade do rural (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009).

Segundo Favareto (2014), a inclusão produtiva do rural, com sua força e diversidade sustentável, deve também incorporar conhecimento e inovação.

Figura 2 – Rede do Colegiado BIG em 2018



Fonte: Ramos (2019).

Há, segundo Niederle (2017, p. 174), espaços para modernidades alternativas e formas inovadoras de inclusão social, a partir de “outros valores – que não apenas produtividade, eficiência e escala, sustentados por uma miríade de grupos sociais outrora considerados inaptos a produzir o desenvolvimento”. Valores que levem em conta uma sociabilidade solidária, rejeitando a ideia do homem atomizado.

Beckert (2007, p. 16), ao propor que os agentes também levem em consideração outros fatores, que não só a análise racional de custo-benefício, para tomar decisões econômicas; sugere a reciprocidade e a cooperação como variáveis importantes no mercado. Isto porque a valorização, de certas categorias de bens, é social e culturalmente situada. Seus elementos valorativos podem ser de cunho religioso, ético, moral, político, posição social, sentimental etc. Esta perspectiva estimula inovação de produtos, serviços e logística.

De acordo com Favareto, em debate sistematizado por Perafán e Ávila (2017, p. 173-174), as universidades e institutos federais têm um papel de destaque para dar continuidade às ações de desenvolvimento territorial, com o potencial de construir uma inteligência territorial. Favareto sugere diferentes frentes de trabalho para essas instituições:

i) Produzir conhecimentos que “ajudem a compreender a dinâmica dos territórios, seus conflitos, seus desafios, as estratégias de vida das famílias, as tendências em curso”; ii) Interagir mais com “a rede de ensino fundamental e médio. É preciso criar um ambiente educacional nas áreas rurais” facilitando inclusive a aproximação com “redes de produção de tecnologia”; iii) Criar incubadoras de “projetos verdadeiramente inovadores [...] e não somente aqueles que buscam atender as demandas mais urgentes advindas das organizações de agricultores, de modo a conectar ‘o imediato e o estratégico, o que é demandado e o que é inventado” e iv) Usar o prestígio e capital simbólico das Universidades para “mobilizar outros atores, para além daqueles já envolvidos nos fóruns territoriais”, ampliando sua rede com atores influentes no território.

Deve-se dialogar com “as forças vivas dos territórios, em sua diversidade” (FAVARETO Apud PERAFÁN; ÁVILA, 2017, p.174). Guerrero, no mesmo debate com Favareto, também considera importante a articulação em rede das universidades e demais instituições de pesquisa e extensão, buscando criar uma estrutura ou arranjos para que elas possam dar continuidade às ações de desenvolvimento rural.

Interessante analisar a consonância das recomendações propostas por Favareto e Guerrero, com as atividades realizadas pelo PEPED/UFRRJ junto ao Colegiado BIG. Diferentes pesquisas da equipe têm ajudado a mapear a dinâmica do território BIG, os

conflitos nele existentes, e, os desafios a serem enfrentados pelos atores. Conjuntamente, elaboram-se as estratégias para promover o desenvolvimento territorial sustentável e, exercer o controle social. Quando necessário e, sempre que possível, busca-se parcerias com outros institutos da UFRRJ, e de outras instituições e atores, influentes no território. Para tanto, a equipe discente e docente, membros conselheiros e colaboradores buscam entender as demandas dos atores nas reuniões colegiadas, e oferecem apoio institucional.

Uma dessas demandas é a necessidade de ampliação de espaços de comercialização. A UFRRJ, por exemplo, conta hoje com um programa de outra equipe, iniciado como um projeto de extensão que criou espaços de comercialização, principalmente no Campus de Seropédica conhecido como “Feirinha da Agricultura Familiar”. Após uma articulação com o PEPEDT, alguns produtores membros do Colegiado, de Seropédica/RJ e de Itaguaí/RJ, estão inseridos no programa. Além de significar uma renda importante para os produtores, observou-se um aprimoramento quanto à diversificação e forma dos agricultores exporem seus produtos nessa feira, estimulados pelo saber fazer de outros feirantes.

O modo de produzir e a resistência que esses produtores simbolizam no território, conquista a simpatia da comunidade universitária, atraindo-os para consumir nas feiras, imbuídos da solidariedade e cooperação.

Após 41 edições, com faturamento bruto de 196 mil reais até o mês de outubro de 2017, a FAF-Rural beneficiou cerca de 30 feirantes, em sua maioria, do município de Seropédica, e vem se consolidando como um espaço de integração entre agricultores e a comunidade acadêmica, contribuindo para aumentar a oferta de alimentos orgânicos localmente produzidos (SANTOS, 2018).

A articulação PEPED na 9ª Reunião Ordinária do Colegiado BIG, de junho de 2017, trouxe as coordenadoras desse projeto para apresentar o processo de instauração do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na UFRRJ, que tinha por objetivo abastecer o restaurante universitário (RU) da UFRRJ (RAMOS, 2019). O mesmo programa que viabilizou a feirinha junto a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro (Emater-Rio), organizou o processo, que teve início em 2016. Esta articulação significou uma ponte para a inserção de alguns produtores de Seropédica, membros do Colegiado, no PAA da UFRRJ. Houve no primeiro edital a inclusão de agricultores de Seropédica/RJ. Importante ressaltar que essa ação não contou com o apoio da prefeitura de Seropédica (KRAEMER, 2018). Seu impacto sobre a condição de vida dos agricultores familiares foi significativo.

O PAA da UFRRJ, na modalidade Compra Institucional, foi pioneiro no Estado do Rio de Janeiro, permitindo a aquisição direta de gêneros alimentícios de agricultores familiares. Foram adquiridas 354 caixas de banana prata climatizada, 127 caixas de aipim e 134 kg de abóbora, totalizando 9.434 kg de alimentos com um faturamento bruto de 25 mil reais, beneficiando diretamente três agricultores. A demanda da primeira Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, direcionada ao Restaurante Universitário, cujo percentual atendido foi de 25%, impactou significativamente os fornecedores, estimulando a agricultura familiar no território de Seropédica (SANTOS, 2018, p. 7).

Observa-se o papel definitivamente essencial e propositivo das instituições de ensino, pesquisa, extensão e fomento, na inclusão dos pequenos agricultores em mercados, mesmo os não institucionais, e na assessoria para atendimento a editais que envolvam disponibilização de recursos financeiros ou geração de renda. Destaca-se a atuação de residentes agrônomos da UFRRJ, fundamental para a realização do seu PAA, criando espaço de venda para os produtores.

Porém, o sucesso das ações não pode ser garantido somente por pagamento de bolsas, como a dos residentes, bolsistas de extensão, por exemplo. Geralmente é resultado de uma relação sinérgica de um conjunto de atores e instituições, que reúnem energia num projeto em que se observa um potencial positivo para as comunidades rurais.

Ações intersetoriais entre a equipe do Projeto de Extensão, Comissão de Julgamento, Corpo Técnico do RU e Emater-Rio em diálogo com os agricultores permitiram a busca de soluções e aprimoramento dos processos para a continuidade dessa iniciativa na UFRRJ (SANTOS, 2018, p.67).

O encontro entre instituições, no espaço do Colegiado BIG, trouxe outros resultados colaborativos. Como exemplos temos: a acordo firmado entre a UFRRJ e antiga Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), que liberou importante recurso financeiro para a realização de um projeto que formou jovens agricultores do estado do RJ em agroecologia e cidadania. O outro caso foi a doação de mudas de árvore para indígenas de Paraty, matéria-prima fundamental para seu artesanato (RAMOS, 2019).

Como salientou Favareto (2010), a exploração da economia verde, enquanto mercado com potencial de abertura de novos usos sustentáveis dos recursos naturais, cria oportunidades para geração de renda local. Nesse sentido, um caso promissor articulado no Colegiado BIG é o estímulo ao turismo rural sustentável nas Serras do Piloto e do Matoso, que abrange os municípios de Itaguaí/RJ, Mangaratiba/RJ, Rio Claro/RJ e Pirai/RJ, a partir

de uma articulação no Colegiado BIG. O projeto inicial previa a oferta de bens e serviços, inclusive intangíveis como observação da natureza e turismo de convivência, prevendo parceria com a rede hoteleira já existente. O processo de negociação não está livre de conflitos. Embora a Associação dos Empreendedores em Turismo das Serras Históricas do Piloto e Matoso (ASSETUR) tenha sido criada, ainda não se percebe um amadurecimento para o encaminhamento de uma atividade mais aproximada da economia cooperativa e solidária. Por outro lado, interesses comuns já despertaram interesse de apoiadores políticos. Algo que seria invisível não fosse a criação da ASSETUR. Para além dessa iniciativa, está em negociação entre a UFRRJ, Mangaratiba e o empreendimento Polo do Mar, um projeto de turismo de base comunitária.

A continuidade das atividades de articulação e diálogo com os atores do Território BIG, durante o período da pandemia da Covid-19, tem possibilitado não só acompanhar o surgimento de ações, como participar de construções de pactuações de modo a fomentar e apoiar a economia solidária.

Do ponto de vista da articulação e difusão de informações, quanto a assuntos de interesse comum, o grupo *WhatsApp* tem mantido bem a sua função, além da manutenção das reuniões ordinárias ao longo de 2020 e 2021. Para além disso, o PEPEDT realiza um projeto “Bate-papo com o Colegiado BIG”, que possibilita a que atores possam apresentar suas demandas e percepções, especialmente no que se refere ao controle social da coisa pública, em *lives* disponíveis no Facebook ([/colegiadobig](#)), reduzindo o isolamento social.

Um das ações construídas com os membros do Colegiado BIG, com colaboradores externos e com o apoio do PEPEDT, foi oferecer, no formato de oficina, um espaço para discussão. Nela, foram evidenciados problemas de ordem de segurança alimentar, hídricos, necessidade de saneamento básico, educação adequada, pouca atenção à agricultura local e impactos ambientais causados pelos megaempreendimentos, cujos processos de licenciamento são poucos transparentes.

O mapeamento dessas oficinas, que tinham como base os objetivos do desenvolvimento sustentável da agenda 2030, consolidou quatro eixos: i) segurança alimentar, agroecologia e território; ii) identidade, cultura e educação; iii) saúde, saneamento e resíduos; e iv) participação, organização e política. Tais eixos viriam a se tornar a Carta do Pacto para o Território da Baía da Ilha Grande (BIG), objetivando ser um instrumento para orientar as políticas e ações de desenvolvimento rural no Território BIG e negociação das comunidades rurais e pesqueiras.

O trabalho em rede do Colegiado BIG permitiu, ainda que em distanciamento social, encontrar um exemplo de ação efetiva para impulsionar a economia solidária, o desenvolvimento territorial e mitigar os impactos econômicos e sociais causados pela Covid-19. Trata-se do projeto que está sendo oferecido pelo Coletivo Educação Solidária, da Ilha Grande, Angra dos Reis, RJ. O Coletivo foi assessorado pelo Centro Ecumênico de formação e Educação Comunitária (PROFEC) e abrange a quatro municípios do Território BIG: Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba e Paraty. Durante a pandemia, o coletivo concorreu a um edital, para obter recursos da Lei Federal Aldir Blanc nº 14.017/2020.

O Coletivo participa e atua em ações para a valorização e preservação da cultura pesqueira, cria espaços para o fortalecimento dessas ideias e tem ampliado o diálogo entre o poder público e a sociedade civil, para discutir os impactos do turismo predatório da Ilha Grande. Está ajudando a mobilizar e consolidar iniciativas de economia cooperativada, justa, solidária e sustentável, cuja materialização, em momento de pandemia é a “Feira Virtual da Economia Criativa”.

O projeto se apropria da multidimensão do desenvolvimento sustentável, percebe a oportunidade de obter recursos previstos na Lei citada, integrando cultura popular na economia solidária e gerando trabalho e renda. De acordo com a proposta, os artistas receberão custeamento de insumos para produtos ou serviços, que serão registrados e divulgados num espaço de exposição e vendas e em documentário. A ação também prevê uma rede, onde consumidores e artistas se encontram, primeiro virtualmente, de modo a criar um espaço de mercado inclusivo e justo.

Além disso, o projeto oferece cursos e suporte para concretização de empreendimentos solidários, que sirvam de suporte para que as comunidades tenham protagonismo no processo de inclusão socioeconômica, de modo que sua atividade não se desvincule da valorização cultural, referenciada na diversidade das populações tradicionais e do meio ambiente. Um processo que pretende se tornar um ciclo virtuoso por meio de um fórum permanente de troca de saberes.

UMA PROPOSTA DE MERCADO POPULAR TRADICIONAL RURAL DO TERRITÓRIO IDENTITÁRIO DE ITAGUAÍ – TIdI⁷

O Território Identitário de Itaguaí (TIdI), um dos municípios integrantes do Território BIG, foi analisado e inspirou a elaboração de uma proposta de criação do mercado popular pelo pesquisador (vide nota 5), a partir da demanda dos agricultores familiares e pescadores artesanais investigados no território.

Trata-se de um projeto de ação solidária, que entrelaça algumas dimensões do desenvolvimento sustentável com a gestão social. Cabe salientar que a atual proposta foi apresentada para a Secretaria de Agricultura e Pesca do Município, onde foi bem recebida, mas não há ainda perspectiva de implementação. As finalidades do projeto são: atenuar as dificuldades relacionadas ao acondicionamento, escoamento e venda direta de produção. Embora seja uma proposta que busca gerar emprego e renda, ela propõe uma economia justa, participativa, estimulando e despertando o interesse dos atores de atuarem por si e em prol de todos, de forma solidária. O modelo está sistematizado na Figura 3.

Esta proposta percebe no desenvolvimento sustentável em suas múltiplas dimensões “a orientação fundamental para reduzir as desigualdades sociais e regionais [...] ampliação dos mecanismos de democratização política, social, cultural e econômica da sociedade” (MDA, 2016, p. 10), de maneira que se possam abranger as multiplicidades de uma localidade, sem a sobreposição de uma demanda sobre a outra (SACHS, 1993), atuando de maneira unificada, tendo como fim a construção do bem comum de todas as partes envolvidas (VILLELA, 2012). Retoma-se aqui a necessidade de resistir à mercantilização extrema do bioma local, que transforma suas localidades em não-lugar (AUGÉ, 2012) e se apropria ou aniquila a identidade local.

Nesta perspectiva, a estrutura de gestão do mercado deve ser baseada em ganhos sociais, com benefícios para toda a comunidade [...] prevalecendo os valores de conservação e socialização. Trata-se de um fator cultural: a opção social por esse modelo pode mudar a forma como as organizações estão acostumadas a atuar e a trabalhar. Afinal, a promoção do desenvolvimento sustentável não se resumiria a um projeto do governo, mas da sociedade como um todo, daí a necessidade de assegurar a participação efetiva de todos os atores e segmentos (GONÇALVES-DIAS, 2014, p. 166).

⁷ Extraído do trabalho de Tese de NASCIMENTO; Carlos Alberto Sarmiento (2021, p. 443), coautor desse artigo.

Foram feitas 39 entrevistas, a partir de amostra aleatória, entre: pescadores artesanais, agricultores familiares, comunidade local e agentes públicos locais. Esses dados foram analisados, considerando as observações de campo de pesquisa entre 2015 e 2020. Ao longo desses quatro anos de investigação, notou-se a ausência de um espaço local adequado, estrategicamente posicionado no centro do município, com capacidade para o acondicionamento e venda dos produtos da pequena agricultura e pesca artesanal. Há dois pequenos galpões, localizados nos bairros de Mazomba e Raiz da Serra, além de alguns boxes para disposição de pescado no bairro da Ilha da Madeira. Porém, são espaços insuficientes e logisticamente inviáveis para os trabalhadores dos demais bairros e para acesso mais amplo dos consumidores.

A partir de um levantamento dos equipamentos públicos de Itaguaí, propõe-se que o mercado popular local funcione nas dependências do Centro Social Urbano (CSU) do município, visto que consiste em uma edificação coberta, apropriada tanto para a estocagem para escoamento da produção, como para a comercialização direta. Tal equipamento encontra-se subutilizado pela prefeitura, e tem parte do seu espaço cedido para outras instituições. Ainda assim, sua ocupação não ultrapassa 20% do uso de sua capacidade. O Centro Social tem uma localização no centro da cidade, porém numa rua transversal. Portanto, não provocaria transtornos na mobilidade urbana. É necessário salientar que o equipamento precisaria: passar por reformas, adaptações, inclusive para portadores de necessidades especiais, e, ser devidamente equipado.

O espaço possui uma função social junto às famílias desde sua conformação. Considerando que “as feiras apresentam espaços de comercialização, informação, cultura e formação”, o convívio nesse espaço de troca de saberes populares reafirma “[...] identidades e interesses comuns, em que se desenvolvem laços de solidariedade, reciprocidade, confiança e cooperação” (MDA/SDT, 2010, p. 131).

Os entrevistados também apontaram para a falta de um local para a exposição ininterrupta e segura dos seus produtos. O local atualmente disponibilizado é o Parque Municipal de Itaguaí, e, a exposição ocorre esporadicamente aos domingos. Mas, é considerado inadequado pelos entrevistados. Isto porque, este é também utilizado como estacionamento, sobrando pouco espaço para as barracas, e, para outras atividades culturais. Além disso, faltam banheiros públicos, espaços cobertos, iluminação e segurança pública. Devido a isso, boa parte desses agricultores e pescadores se veem forçados: a se deslocar até a Central de Abastecimento do estado do Rio de Janeiro (CEASA), ou para outras feiras, até

mesmo fora do município. Chegam a revender seus produtos para atravessadores, o que significa perda de renda para eles e para a economia local, porque recebem pelo produto um valor menor do que receberia, caso vendessem diretamente ao consumidor final.

Dos entrevistados mencionados acima, 92% deles acreditam que os entes públicos locais poderiam promover melhorias para as suas atividades socioeconômicas. As ações mais citadas foram: a) criação de um galpão e/ou armazém coletivo, logisticamente centralizado, e de fácil acesso (84%); b) efetivação de uma feira local ou municipal permanente (82%); c) criação de uma cozinha industrial coletiva (71%); e d) oferecimento de transporte coletivo e adequado dos produtos até o local de venda direta (65%). Estes resultados indicam a necessidade de um planejamento multiescalar, que busque entender as demandas oriundas dos agricultores e pescadores, e, que seja articulado por um conjunto de secretarias do município, do território, do estado do RJ e até mesmo do governo federal.

Para que o projeto tenha êxito, considera-se que seja concebido analogamente ao conceito de economia solidária, estabelecido enquanto a “igualdade de direitos [...] geridos pelos próprios trabalhadores, coletivamente, de forma inteiramente democrática” (SINGER, 2008, p. 289). Esta autogestão tem amparo na gestão social e nos princípios cooperativistas. Em ambos os casos, os processos decisórios devem ser democráticos, de maneira que todos os envolvidos tenham o mesmo direito de voz (VILLELA, 2012) e de decisão, autonomia coraçada de coerção (GRAMSCI, 2007) e tendo no bem comum um princípio.

Considera-se que a autogestão (GREGOLIN, 2015) pelos membros diretamente envolvidos na produção: agricultores familiares, pescadores rurais, representantes de associações ou cooperativas rurais locais, possibilitaria uma melhor gestão, por exemplo, quanto ao uso dos boxes e barracas do mercado popular, de modo que decida se haverá ou não revezamento e/ou compartilhamento; e, quanto ao uso coletivo dos transportes.

As instituições públicas, atuantes no território, em práticas socioeconômicas e de fomento, constituiriam o suporte consultivo e de apoio, em rede cooperativa, nos moldes do Colegiado BIG (ver Figura 2). As mais envolvidas identificadas na pesquisa foram: a UFRRJ, Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do RJ (CTUR), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Emater/RJ, Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento (SEAPPA), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)/Itaguaí, bem como os órgãos públicos das três esferas de governo: secretarias municipais e demais estaduais do RJ, e do Território BIG.

A construção conjunta de projetos, envolvendo instituições de pesquisa, ensino e extensão, com a proposição de projetos multiescalares, e, concomitantemente, oferecendo formação, informação e intercooperação sob os princípios do cooperativismo; eleva seu potencial de se sustentar, visto que os atores interessados, entenda-se população rural e pesqueira tradicionais, participam de todo o processo de criação, enquanto sujeitos que planejam e executam seu destino.

A sugestão do mercado popular tem como perspectiva proporcionar o trabalho do agricultor familiar e pescador artesanal, cuja atividade econômica não se descola da vida cotidiana e social, valoriza os “aspectos produtivos e econômicos do território, destacando as potencialidades capazes de dinamizar o desenvolvimento e gerar as competências necessárias para a sustentabilidade e superação dos seus limites” (SEPLAN, 2016, p. 19).

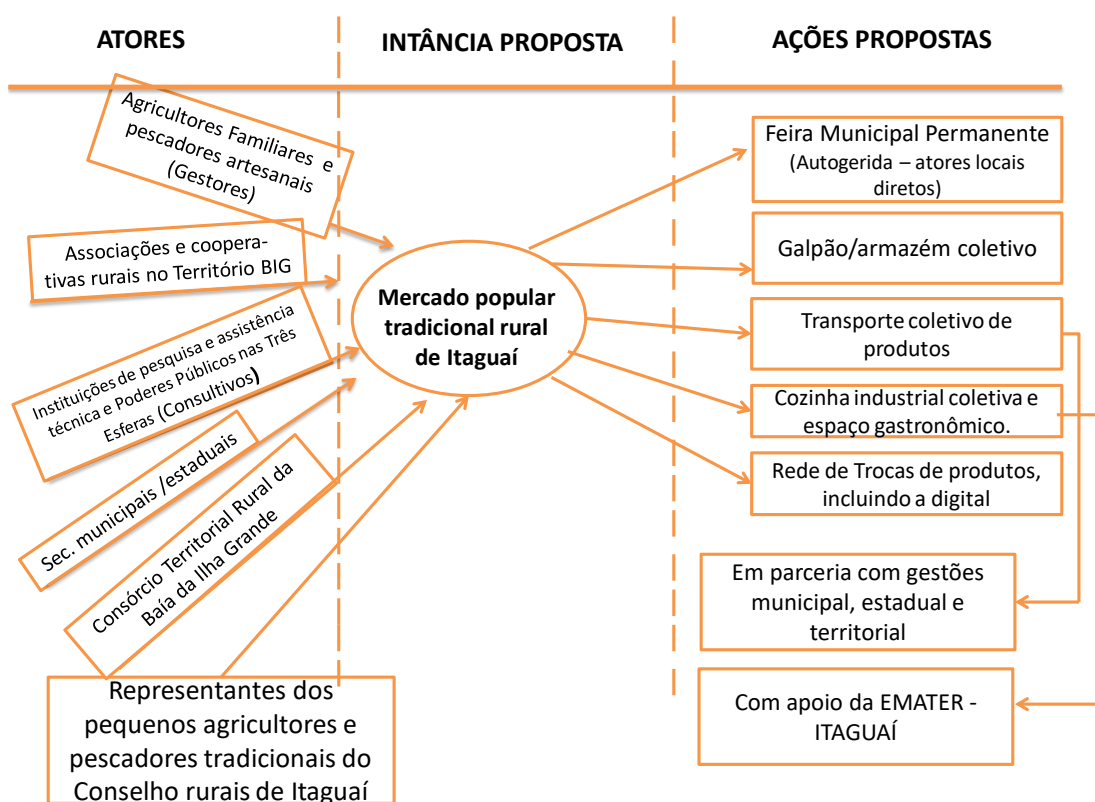
Além dos produtores e pescadores integrarem e gerirem o mercado popular tradicional rural de Itaguaí devem integrar o conselho dos produtores rurais e pescadores desse município, compondo o quadro de vagas paritárias, destinadas à sociedade civil. Isto porque: i) a participação em outros espaços da esfera pública existentes no território pode ampliar as redes de relações socioeconômicas, ii) a participação proporciona troca de experiências rumo ao desenvolvimento sustentável e iii) é necessária a mobilização da sociedade civil para que seja consolidado o consórcio territorial rural da BIG.

Neste contexto, faz-se importante também, que os gestores do mercado pleitearem sua inclusão no Colegiado BIG, cujo recorte é territorial. A criação de um consórcio territorial rural da BIG é uma ambição do Colegiado BIG. Ele é considerado importante para o desenvolvimento do território. Acredita-se que a criação do consórcio poderia ampliar a capacidade governativa, porque possibilita a união de recursos para estratégias conjuntas de ação, dentre elas, a otimização de custos com pessoal técnico especializado e organização da produção em atendimento às compras institucionais como o PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e oferta de microcrédito rural.

O projeto do mercado é pensado para funcionar como um complexo, que transborda ao espaço, ampliando seu potencial socioeconômico. Além da própria feira, o mercado abrigaria o armazém, estrutura de transporte e logística e espaço gastronômico e cultural. Além de ter como finalidade o processamento de parte do que é produzido pelos próprios trabalhadores rurais, “visando, sobretudo, a produção [...] enquanto o processamento e a transformação de alimentos [...], se constitui num novo espaço e num novo empreendimento social e econômico” (PELLEGRINI; GAZOLLA, 2009, p. 334). Considera-se possível o

reaproveitamento do que não foi comercializado, de maneira que as práticas sejam inovadoras “no sentido de promover a diversificação das atividades econômicas e a valorização de distintos modos de vida” (ZIMMERMANN et al., 2014, p. 568). Com a inserção de métodos e práticas inovadoras a tendência é diminuir a “precariedade no processamento e beneficiamento de diversos produtos das cadeias produtivas presentes no território” (SEPLAN, 2016, p. 20).

Figura 3 – Processo de operacionalização cooperativa do Mercado Popular Tradicional do Território Identitário de Itaguaí, TIdI



Fonte: Elaborado pelos autores⁸, análogo a Sausen (2013).

Com a articulação e negociação com os poderes públicos, o resultado do reaproveitamento pode ser adquirido pelo poder público, para usar em projetos sociais e na rede de ensino público, por exemplo. O espaço ser utilizado, ainda, em projetos sociais para

⁸ Figura adaptada a partir do modelo proposto no trabalho de Tese de Doutorado de NASCIMENTO; Carlos A. Sarmento (2021, p. 443), coautor desse artigo.

ofertar cursos e oficinas para a comunidade, tais como: capacitação gastronômica e conscientização e aproveitamento completo dos alimentos.

A Emater-Rio de Itaguaí pode contribuir para a efetivação da cozinha de beneficiamento no território, pois uma de suas principais atribuições é executar programas de extensão de natureza técnica, econômica e social, de forma que resulte na melhoria do aproveitamento e produtividade do meio rural. Este órgão público já possui uma cozinha industrial no município, equipada e atualmente ociosa. Contudo, as entrevistas mostraram que prejudica o fato de ela estar afastada dos produtores. O que se sugere aqui é uma parceria com a Emater, atuando dentro do complexo.

Supõe-se que, se a cozinha de beneficiamento da agricultura familiar ocorresse na mesma área do armazenamento e venda direta dos produtos, haveria diversificação da produção e inovação, lhes oportunizando escapar da sazonalidade da colheita e pesca. Ou seja, a forma sistêmica de organização da produção seria “capaz de auxiliar uma coletividade a promover seu posicionamento no mercado, criar sua reputação e protegê-la frente à concorrência desleal, além de melhor organizar a atividade econômica coletiva” (REGALADO et al., 2012, p. 06). O espaço coletivo ancorado na identidade e no desenvolvimento sustentável pode, em especial, possibilitar a criação de uma marca coletiva para os produtos e serviços.

O projeto prevê ainda uma rede solidária de trocas de produtos (vide nota 5), entre os próprios agricultores e pescadores locais, ocorrendo em datas previamente definidas por eles. É uma medida que prevê a redução de desperdício e a segurança alimentar. A proposta é que a rede de trocas entre os comerciantes rurais se desdobre, enquanto relação de reciprocidade dentre seus membros, de maneira que promova “uma verdadeira teia de relações fazendo delas lugar social de trocas não apenas materiais, mas também, imateriais (sociais, históricas e culturais) [...] com imenso potencial para a reprodução social” (PEREIRA; BRITO; PEREIRA, 2017, p. 70).

Neste aspecto, as entrevistas apontaram que a ideia foi bem acolhida, mas há a necessidade de trabalhar esse lado mais altruístico de valorização humana, que caminha no sentido contrário das práticas estritamente econômicas. A rede de trocas entre os atores rurais locais teria, como referencial, a reciprocidade. Ou seja, o ato de dar, receber e retribuir (MAUSS, 2003) nas relações sociais, econômicas e simbólicas, centralizando suas boas práticas no bem comum, e na melhoria coletiva, acima do próprio favorecimento pessoal.

Com relação ao transporte, os veículos compartilhados e de fluxo contínuo, geridos pelos próprios trabalhadores rurais integrantes do mercado popular, minimizando problemas com os altos custos de transporte e manutenção; do tempo de entrega dos produtos e eliminaria os atravessadores.

A proposta de aquisição, manutenção e cessão dos veículos, ficaria a cargo de secretarias municipais (Itaguaí e Seropédica) e/ou estaduais (Rio de Janeiro), bem como entidades públicas que têm como finalidade a promoção e execução de programas e projetos socioeconômicos locais como, por exemplo, o Instituto de Terras do estado do Rio de Janeiro (ITERJ). Os poderes públicos locais devem ficar atentos aos editais e projetos de forma a buscar recursos para financiamento, como no caso do projeto frutificar (vigência 2020-2023) da SEAPA, que propõe financiar até trinta mil reais para a aquisição de máquinas, veículos e equipamentos, que visem a obtenção de melhorias econômicas para os trabalhadores rurais no estado do Rio de Janeiro (SEAPA, 2020). Mas cabe também às instituições colaboradoras, bem como aos próprios produtores, ficarem atentos a essas oportunidades.

O estudo mostrou que há elementos que podem dificultar a implementação do mercado: i) falta ou quebra de acordo de utilização do espaço do Centro Social Urbano, ii) ruptura na cessão de transporte público para a comercialização da produção, iii) planejamento que garanta a oferta dos produtos conforme as estações do ano; iv) necessidade de divulgação no entorno para que se torne atração cultural semanal; v) apoio técnico e de fomento contínuo, por parte de órgãos públicos existentes no território.

Considerando ainda os ciclos propostos na figura 1, no aspecto político instrucional, o projeto promove empoderamento da população do território, enquanto agentes centrais transformadores de sua própria realidade, bem como da conservação de seus patrimônios ambientais, culturais e naturais, resolução de conflitos socioambientais e reorganização distributiva da renda local (PERICO, 2009). Acredita-se que, dessa maneira, a ação coletiva e paritária de entidades públicas e sociedade civil possa promover mecanismos resolutivos para superação de problemas, bem como manter vivas suas territorialidades e ruralidades para as novas gerações.

A estrutura de gestão do mercado deve ser baseada, portanto, em ganhos sociais como finalidade, pois prevê benefícios para toda a comunidade. Os valores: solidariedade, conservação, socialização, conscientização e empoderamento estão contemplados. Trata-se de maneira mais ampla, de uma mudança cultural: a opção social por esse modelo pode

inspirar a forma como as organizações estão acostumadas gerenciar. Afinal, a realização do projeto com base no desenvolvimento sustentável multidimensional, não cabe num projeto do governo, mas depende do envolvimento da sociedade. Por isso, faz essa proposta do desenvolvimento sustentável, solidário e com gestão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo apresentou como são possíveis articulações entre a teoria e prática, sendo aqui apresentado o sucesso das ações da feirinha de agricultura familiar da UFRRJ, do Coletivo Educação Solidária e das ações programa de extensão PEPEDT, em assessoria ao Colegiado BIG, no Território rural da Baía da Ilha Grande. Essas ações se ampliaram em um momento de crise, especialmente quando os programas para o meio rural do MDA foram paralisados.

Sem recursos, as articulações se deram intermediadas por redes, envolveu um esforço cooperado e solidário, onde os conhecimentos tradicional e acadêmico, alicerçaram as iniciativas e propostas, com informações obtidas nas reuniões do Colegiado, nos cursos de conselheiros, nas oficinas e mais recentemente no observatório da BIG; e definidas nesse mesmo espaço. Isto reforça a suposição de que a sociedade, ao perceber importância de uma ação, seja enquanto membros do Colegiado BIG, seja enquanto equipe da extensão universitária, seja enquanto instituição ou pessoa simpatizante, é capaz de exercer atividades de forma cooperada pelo bem comum.

O estudo mostra também que atividades extramuros da universidade favorecem esse processo integrativo. Cooperação solidária é possível, viável e amplia a coesão social e o diálogo. Ao assessorar o Colegiado BIG, o PEPEDT manteve um espaço onde é possível trocar saberes, experiências, colocar os problemas do território em pauta, apontar soluções possíveis, lutar por resultados conjuntos, incentivar a criatividade e pluriatividade nas comunidades locais. E, como num ciclo virtuoso, os pesquisadores publicam os resultados dos estudos, perpetuando a cultura e a memória das comunidades.

Foi possível confirmar a suposição dos campos de força, onde de um lado encontra-se a sociedade civil local amparada por instituições de caráter público (PEPEDT), atuando como instrumento que congrega atores, tendo na ação prática e na participação horizontalizada um corpo coeso que promove resistência, frente ao outro lado, que tem sua métrica na mercantilização do indivíduo, do território e a coisificação da vida. Um embate no campo de forças, de resistência e a conjunção de uma rede para além de uma prática

meramente produtivista, mas que ainda sim, abaliza seu espaço, enquanto natureza operaria do próprio poder, como determina Foucault.

Como mostrou a investigação, as ações universitárias elencadas no artigo só foram possíveis com um esforço de equipe, de estruturas heteráquicas, de diálogos constantes, de acreditar em mudanças. Foi e tem sido importante, nesse sentido, considerando a pandemia da Covid-19, acompanhar os fatos no território por meio dos depoimentos obtidos pelos pescadores, agricultores, representantes de associações e cooperativas nas citadas *lives*, no já citado projeto de Bate-papo com o Colegiado BIG. Assim, tem sido possível acompanhar ações socioeconômicas locais, como é o caso do Coletivo Educação Solidária. A continuidade do diálogo e das ações comprovam a capacidade e o amadurecimento de pessoas quanto a cooperação e o sentido de pertencimento territorial.

A construção do Pacto pela BIG em novembro 2020 (Carta-pacto disponível em /pepedtufrrj) é hoje um instrumento basilar que não só ressaltaram os problemas de infraestrutura e ausência de políticas públicas, mas que orienta ações direcionadas ao Território, para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável, a partir da agenda 2030. Se os objetivos do desenvolvimento sustentável são um balizador internacional, que denotam o que poderiam ser, pode ser um pilar no fortalecimento das cooperações solidárias.

A proposta do mercado popular tradicional rural do Território Identitário de Itaguaí é um exemplo de como os saberes compartilhados, a partir de uma sequência de práticas conjuntas e dialógicas, podem convergir para a organização socioprodutiva das comunidades rurais e pesqueiras, suas alternativas de escoamento de produção e valorização de suas atividades socioeconômicas, respeitando a diversidade social e ambiental. Esta ação caminharia no sentido do desenvolvimento sustentável, valorizando as atividades naturais, promoção e alternativas de sobrevivência que valorizam a vida humana, bem como a cobrança de uma maior efetividade por parte do poder público.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, M. Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 2012.

ARAUJO, C., Razão pública, bem comum e decisão democrática. In.: COELHO, V; NOBRE. (Orgs). **Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Ed. 34, 2004.p.157-169

BAHIA. Secretaria de Planejamento (SEPLAN). **Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Território Sertão Produtivo**. Instituto Federal de educação, Ciência e tecnologia da Bahia, 2016.

BECKERT, J. **The social order of markets**. Cologne: MPIfG Discussion Paper, 2007.

BRASIL. **Lei 14.017 de 29 de junho de 2020**. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Atos do Poder Legislativo.

_____. **Lei 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Casa Civil.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Guia para a construção do Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável e solidário**. Brasília, MDA, 2016.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). **Boas práticas territoriais**. II Salão Nacional dos territórios rurais: Territórios da Cidadania em foco. Brasília, MDA, 2010.

BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. 2. ed. São Paulo: Ed. Unicamp, 2012.

BREWER, T. L. Climate Change Technology Transfer: A New Paradigm and Policy Agenda. **Climate Policy**, Londres, n. 8, p. 516-526, 2008.

CANÇADO, A. C.; A. S. RIGO; PEREIRA, J. R. e GONTIJO, M. C. H. Movimento e Princípios Cooperativistas: Evolução e Reflexões para Novos Estudos. In: CANÇADO, A. C.; F. G. TENÓRIO; J. T. SILVA JR (Orgs.). **Gestão Social**: aspectos teóricos e aplicações. Ijuí: UNIJUÍ, 2012.

CAZELLA, A., BONNAL, P. e MALUF, R. S. (Orgs.). **Agricultura familiar**: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro/RJ. Ed. Paz e Terra, 17ª edição, 1987.

ECHEVERRI, R. Emergência e evolução do programa de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e nos territórios da cidadania. In: ARAUJO, T. (Coord.). **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil**: avanços e desafios. V. 12, Brasília: IICA, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável).

FAVARETO, A. S. Um balanço das políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil - uma década de experimentações. In: CLICHE, G. (Org.). **Territorios en movimiento - hacia un desarrollo inclusivo**. 1ª Ed., v. 1, Buenos Aires: Teseo Ed., 2014. p. 121-144.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1971.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W., GASKELL, G. (Eds.). **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático**. 2ª Ed., Petrópolis: Vozes, 2002. p. 62-89.

GONÇALVES-DIAS, S. L. F. Sustentabilidade. In: BOULLOSA, R. F. (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 165-168.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel - notas sobre o Estado e a política. v. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRANOVETTER, M. La fuerza de los vínculos débiles. **Política y sociedad**, Madrid, n.33, p. 41-56, 2000.

GREGOLIN, M. R. P. **Diagnóstico de gestão em cooperativas da agricultura familiar no Estado do Paraná**: limites e potencialidades em um modelo solidário e democrático. 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2015

GROSSMAN, G. M; HELPMAN, E. Quality Ladders in the Theory of Growth. **The Review of Economic Studies**, Oxford, v. 58, n. 1, p. 43-61, 1991.

HABERMAS, J. Três modelos normativos de democracia. **Lua Nova** [online], n.36, p.39-53, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451995000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em:05 dez. 2018.

HAESBAERT, R. Definindo território para entender a desterritorialização. In: HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p.35-80

IKEDA JR, R. **Gestão Social e Controle Social no Bairro Carioca de Santa Cruz e no Município de Itaguaí – RJ**: Um Olhar Sobre o Desenvolvimento Local no Território dos Megaempreendimentos. 2018. 247 f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento territorial e políticas públicas) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ: UFRRJ, 2018.

KRAEMER, C. F. B. **Gestão e controle social no programa nacional de alimentação escolar**: casos no território rural da Baía de Ilha Grande - RJ. 2018. 193 f. Tese (Doutorado em ciência, tecnologia e inovação em agropecuária) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ: UFRRJ, 2018.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia** São Paulo: Cosac e Naify, 2003.

NASCIMENTO, C.A.S.; Território Identitário de Itaguaí - TIdI: Desterritorialização, Resistência e Articulações de Agricultores Familiares e Pescadores Artesanais. Tese (Doutorado em Políticas públicas comparadas) – Programa de Pós-graduação em Ciência, tecnologia e inovação agropecuária. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica / RJ. 2021

_____; RAMOS, D.A.L.; DE PAULA. T.A.S. e VILLELA, L.E. Contaminação, assoreamento, gentrificação e “chuva de prata”: impactos socioambientais

do complexo industrial de Santa Cruz-RJ”, **Espaço e Economia** [Online], n. 19, p. 1-15, 2020. Disponível em <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/16878>. Acesso em 10 fev. 2021.

NIEDERLE, P. A. Afinal, que inclusão produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares. In.: DELGADO, F. G.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.) **Agricultura Familiar Brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 166-194.

PELLEGRINI, G.; GAZOLLA, M. A agroindustrialização como estratégia de reprodução social da agricultura familiar. **Estud. Soc. e Agric.**, Rio de Janeiro, v.17, n.2, p.332-278, 2009.

PERAFÁN, M. E. V.; ÁVILA, M. Repensar as estratégias de desenvolvimento territorial no Brasil, um desafio conjunto para governos, sociedade civil e universidades: um debate com Arilson Favareto, José Emilio Guerrero Ginel e Catia Grisa. **Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade**, Brasília, v. 3, n.1, p.163-176, 2017.

PEREIRA, J. R.; CANÇADO, A. C. **Gestão Social de Cooperativas**. Curitiba: Appris, 2018.

PEREIRA, V.; BRITO, T.; PEREIRA, S. A feira-livre como importante mercado para a agricultura familiar em Conceição do Mato Dentro (MG). **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, v. 10, n. 2, p.67-78, 2017.

PERICO, R. E. **Identidade e Território no Brasil**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

POLO TECNOLÓGICO DO MAR da Baía de Sepetiba (PTM-BS). **Proposta de Governança**. PTM-BS, 2020.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**.v.29. São Paulo: Ática, 1993. (Série Temas Geografia e Política).

REGALADO, P. F., TIMBÓ, C. S., ROIZMAN, M. B., BARBOSA, P. M. S, FARIA, R. S. V. Marcas coletivas: onde estamos e para onde queremos ir? In: ENCONTRO ACADÊMICO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, 5, 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2012. 1 CD-ROM.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Estadual de Agricultura, Pesca e Abastecimento (SEAPA). **Programa frutificar: vigência 2020-2023**. Disponível em http://www.rj.gov.br/agricultura/frutificar_prog.asp. Acesso em 17 out. 2020.

RAMOS, D. A. L. **O Colegiado Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Baía da Ilha Grande, RJ: Gestão, Controle Social e Espaço de Articulação e Negociação entre Atores**. 2019, 164 f. Tese (Doutorado em ciência, tecnologia e inovação agropecuária) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019a.

_____; VILLELLA, L. E. Articulation and Negotiation in the Rural Territorial Council of Ilha Grande Bay for Productive Inclusion. **IJAERS**, Vol-6, Issue-5, May-2019a, ISSN: 2349-6495(P) 2456-1908(O), <https://dx.doi.org/10.22161/ijaers.6.5.77>.

_____; VILLELLA, L. E. O aprendizado docente no Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial: teoria e prática frente a problemas complexos. In. ASTUDILLO, M.; PELIZZA, L. e RAINERO, M. D. (Orgs.), **Encuentro Nacional y Latinoamericano Prácticas de Asesorías Pedagógicas** (p. 982-991). Río Cuarto: UniRío, 2019b.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Nobel, 1993.

SANTOS, L. R. P. **Residência agrônômica com enfoque agroecológico**: o caso dos canais de venda direta na UFRRJ, 2018. Dissertação (mestrado em agricultura orgânica). 130f. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo/SP, Cia. das letras, 2000

SINGER, P. Economia Solidária. **Revista estudos avançados**, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008.

_____. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2002. 127p.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5. p. 7-23, 1998.

VILLELLA, L. E. Escopo Metodológico. In: TENÓRIO, F. G. (Org.). **Cidadania e desenvolvimento local**: critérios e análise. v.1 Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.p. 35-49.

_____; GUEDES, C. A. M.; SANTANA, J. S.; BRITO, E. B. R. Crescimento Econômico versus Gestão Social e Desenvolvimento Territorial Sustentável - Análise dos Impactos de Megaempreendimentos nos Municípios de Macaé-RJ e de Itaguaí-RJ. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 10, p. 119-145, 2012. Disponível em <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/347>.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. v. 2. Brasília: Ed. UNB. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. 586 p.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. São Paulo: Bookman, 2001. 205p.

ZIMMERMANN, S. A., GRISA, C., TECCIHIO, A., LEITE, S. P., BONNAL, A., CAZELLA, A. A., DELGADO, N. G.; MALUF, R. J, & MATTEI, L. Desenvolvimento territorial e políticas de enfrentamento da pobreza rural no Brasil. **Revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 9, n. 17, p. 540-573, 2014.

Submetido em março de 2021

Aceito em julho de 2021